

NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO TRIÂNGULO MINEIRO (ITUIUTABA - 1934-1971)

NOTES ON THE HISTORY OF PHYSICAL EDUCATION IN THE “TRIÂNGULO MINEIRO” (ITUIUTABA – 1934-1971)

Andréa Azevedo de OLIVEIRA*
Sauloéber Társo de SOUZA**

Resumo: O trabalho tem como preocupação a implantação da disciplina de Educação Física nas escolas do município de Ituiutaba (Triângulo Mineiro), no período entre 1934 e 1971. A adoção de atividades físicas nos currículos escolares com o objetivo de disciplinar e higienizar a juventude e a infância local refletia o novo ideal pedagógico voltado ao domínio dos “instintos insubordinados”, buscando-se normatizar condutas e contribuindo para a nova organização social, surgida com a sociedade urbana e industrial, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Tal contexto provocou a necessidade de desenvolvimento de um alto grau de eficiência produtiva, onde a educação escolar seria fundamental para atingir tal propósito, além de contribuir para a difusão da idéia de que era necessário garantir uma “educação higiênica” no combate aos grandes surtos epidêmicos. A partir dessa perspectiva, buscamos apontar as especificidades das práticas de professores e alunos nas aulas de Educação Física nas escolas desse município mineiro.

Palavras-chave: História da Educação – História da Educação Física – Triângulo Mineiro.

Abstract: This article is concerned about the implementation of Physical Education in schools in the city Ituiutaba (*Triângulo Mineiro*) between 1934 and 1971. The adoption of physical activities in school curriculums aimed to *discipline* and *purify* the local youth and children reflected the new pedagogical ideal directed to the control of the "insubordinate instincts", seeking to regulate behaviors and contributing to the new social organization which appeared with the urban and industrial society, especially after the Second World War. Such a context brought about the need for development of a high degree of productive efficiency, where schooling would be essential to achieve such purpose, beyond the contribution to the transmission of the idea which was necessary to ensure a "pure education" in the fight against large epidemic outbreaks. From this perspective, we highlight the specific practices of teachers and students in Physical Education classes in the schools of this city.

Keywords: History of Education – History of Physical Education – Triângulo Mineiro.

Introdução

Este artigo se insere no campo da História da Educação, apresentando resultados de investigação sobre a disciplina de Educação Física no município de Ituiutaba-MG, no

* Graduada em Pedagogia – FACIP – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, CEP: 38304-402, Ituiutaba, Minas Gerais - Brasil. E-mail: andrea.azevedooliveira@hotmail.com

** Mestre em História – Universidade Estadual Paulista – UNESP-Franca. Doutor em Educação – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor Adjunto – FACIP – Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Pós-Graduação em Educação (Linha de História e Historiografia da Educação) – UFU, CEP: 38304-402, Ituiutaba, Minas Gerais - Brasil. Bolsista PQ2-F (CNPq) e do Programa Pesquisador Mineiro (FAPEMIG). E-mail: sauloeber@pontal.ufu.br

período que compreende os anos de 1934 a 1971. Nesse momento, teria início a expansão do seu sistema público educacional, ancorado na urbanização e no desenvolvimento econômico baseado na cultura de grãos o que lhe rendeu o título de “Capital do Arroz” maior região produtora do Estado de Minas Gerais.

Nas primeiras décadas de sua história (1901-1940), constata-se lento processo de difusão da escola pública. Contudo, em pouco mais de duas décadas, já no final dos anos de 1960, a educação escolar na cidade era marcadamente pública, rompendo com o predomínio das instituições privadas e/ou confessionais, uma forma de se combater as altas taxas de analfabetismo do município que atingia cerca de 57% da população acima de 10 anos (54% dos homens e 60% das mulheres). Ituiutaba, mesmo longe dos centros de poder e indústria, fora inserida na política de *modernização* nacional, à medida que sua população tornava-se urbana, formando mercado consumidor em potencial, além de liberar terras para a expansão dos negócios agrícolas.¹

É nesse contexto de expansão da rede pública local que buscamos estudar a inserção da Educação Física nas escolas, tendo em sua gênese a associação dessa disciplina escolar com instituições médicas e militares. O legado das instituições médicas foi a idéia de que a Educação Física seria “sinônimo de saúde física e mental, promotora da raça, das virtudes e da moral” (SOARES, 1994, p.86). Já a presença militar foi determinante na formação dos primeiros professores civis da disciplina e de sua prática de forma sistemática no Brasil, tal qual a experiência francesa. Somente com o fim do Estado Novo que os militares diminuiriam sua influência junto as escolas com suas propostas para a prática da Educação Física (CASTRO, 1997), contudo, a partir de 1964, essa disciplina ganharia ênfase em todos os níveis de ensino, inclusive no superior, sendo utilizada como elemento de sustentação ideológica do regime.

Fragmentos da História da Educação Física no Brasil

A história da Educação Física confunde-se com a ascensão de médicos e de militares no controle da administração pública, especialmente, no que concerne a implementação de sua prática e de seus métodos utilizados e difundidos nos sistemas educacionais. As instituições médicas teriam sido privilegiadas nesse processo já que o discurso higienista proveniente delas encontrou ressonância em nossas escolas e junto a educadores que buscavam promover a saúde e a regeneração da raça, a partir do exercício de virtudes e da disciplina, assim, caberia a.

[...] a Educação Física um papel fundamental na formação de homens e mulheres sadios fortes, dispostos a ação. Mais do que isso, ela age como protagonista num projeto de ‘asepsia social’. Neste sentido antes de qualquer coisa, para tal concepção era necessário disciplinar os hábitos das pessoas no sentido de levá-las a se afastarem das práticas capazes de provocar a deterioração da saúde e da moral, o que comprometeria a vida coletiva (GUIRALDELLI JR, 1988, p.17).

Os avanços nas descobertas científicas da higiene contribuíram para projetar a classe médica, assim, os higienistas ganharam lugar de destaque com o apoio do poder de Estado que “[...] aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas” (COSTA, 2004, p.29).

Historicamente, as questões relacionadas a saúde e a higiene dos corpos dos indivíduos podem ser percebidas desde o Brasil Colônia como preocupação das elites estrangeiras. Não interessava ao Estado modificar o padrão familiar dos escravos que deveriam continuar obedecendo ao código punitivo de sempre, a eles seriam dedicadas outras políticas médicas (FOUCAULT, 1986).

No entanto, com a aproximação do advento da República, tais questões se instauraram em definitivo, expressando-se como elemento de medida da modernidade brasileira. Portanto, é a partir do fim do século XIX, que a Educação Física (então classificada como Ginástica) fora inserida no espaço escolar, como base para as propostas pedagógicas sob influência do pensamento médico higienista que passava a ser considerado um valioso componente curricular. Pouco a pouco, estabelecia-se a idéia de que as famílias, mesmo as das classes abastadas, eram incapazes de educar seus filhos, de forma que entre a família e a criança foram colocados os interesses dos médicos e estes assumidos pelo Estado por meio da instrução pública e da disciplina de Educação Física:

Essa educação física (que incluía exercícios físicos sob as forma de ginástica), pensada pelos médicos, só poderia ser desenvolvida a contento, se os Colégios que lhe reservavam espaço considerável fossem reorganizados. Eles não poderiam ser um prolongamento da desordem familiar e, muito menos ainda, o espaço de reprodução das idéias dos pais sobre a educação de seus filhos. Aquelas idéias eram absolutamente nocivas conforme observa o médico Joaquim José de Oliveira Mafra, em tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1855. Para ele, os Colégios deveriam ser contrários às idéias educacionais dos pais, porque estes desejam que seus filhos sejam superalimentados onde o paladar é mais importante; exigem leitos confortáveis, macios e o excesso de agasalhos; temem

pela fadiga dos filhos se submetidos a passeios longos onde a exposição ginástica temendo possíveis acidentes (SOARES, 1994, p.93).

Portanto, desde a segunda metade do século XIX debatia-se a necessidade de se higienizar a sociedade a partir da educação escolar. Os Colégios deveriam trabalhar a construção do indivíduo saudável, porém, as especificidades locais bloqueavam muitas ações no sentido de se consolidar a unidade nacional, já que essas instituições foram criadas com o espírito regionalista. Além disso, muitos Colégios não eram mantidos pelo poder público e, desse modo, não seguiam as orientações que chegavam da capital do Império, a administração central era responsável somente pelo ensino superior.

Nos últimos decênios do Império, as reformas educacionais buscavam orientações literária e científica (sob influência do cientificismo europeu) que indicavam para a necessidade de se adotar a Educação Física, contudo, sua incorporação não ocorreu tranquilamente no ensino regular, pois havia muita resistência e desconfiança em relação aos argumentos dos médicos sobre a Educação Física julgada como imoral, em especial quando se dirigia às mulheres.

Entretanto, se de um lado existiam aqueles que a consideravam imoral para as mulheres, de um outro, vamos encontrar aqueles que a defendiam por julgá-la necessária. Estes afirmavam que o corpo feminino devia ser fortalecido pela “ginástica”, adequada ao seu sexo e às peculiaridades femininas, pois era a mulher que geraria os filhos da pátria, o bom soldado e o elegante e civilizado cidadão (SOARES, 1994, p.102).

O fim do período imperial foi marcado por formulações legais sobre a Educação Física e sua aplicabilidade nas escolas, existindo proibições e liberações bem distintas, observando-se as preocupações com a educação das classes abastadas. Assim aumentavam as propostas médicas, proposições legais, detalhamento do espaço escolar, currículos, enfim, uma tendência a normatização dessas instituições que deveriam ser estendidas à população em geral.

Ao se referir às reformas do ensino, no final do Império, Soares (1994) revela que os dirigentes buscam incorporar a ginástica nos currículos escolares, com destaque ao Decreto nº 7.247² (1879) assinado por Carlos Leôncio de Carvalho que trazia na grade curricular a *Ginástica* como elemento obrigatório nas escolas primárias e secundárias da Corte. E, ainda, o Parecer nº 224 de Rui Barbosa sobre essa reforma que apresentava o conjunto de medidas necessárias para a implantação da *Ginástica*:

1º - Instituição de uma secção especial de ginástica em cada escola normal.

2º - Extensão obrigatória de ginástica a ambos os sexos na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas feminis e as exigências da maternidade futura (grifos nossos).

3º Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.

4º Equiparação, em categorias e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas (SOARES, 1994, p.113).

Observa-se o carácter obrigatório da prática da Ginástica, distinguindo-a do horário de recreio, e a estendendo a ambos os sexos, mas que para a mulher deveria acentuar as suas “formas feminis”, preparando-a para a maternidade, aproximando-se do ideal feminino espartano, reforçando-se a distinção dos papéis desempenhados por homens e mulheres.

Com o advento da República, tendo a frente do novo regime um grupo liberal, com apoio da crescente classe burguesa, teve início onda de renovação nas idéias a partir de influências europeias, mas que serviram para acentuar padrões de moralidade a serem seguidos e difundidos pela nação, buscando-se o *progresso* e fugindo dos terríveis indicadores sociais como o alto nível de mortalidade por epidemias:

É com o advento da República que será colocado em prática através de ações intervencionistas apoiadas pelo Estado, com o objetivo de, em nome da saúde, manter a ordem, ampliando para o conjunto da população a determinação de normas para conseguir uma vida saudável, e o “pleno funcionamento da sociedade” (SOARES, 1994, p.117).

Com a República, a influência dos médicos aumentaria junto a administração pública, de forma que o êxito dos higienistas no combate às epidemias ampliaria seu prestígio sobre o Estado como um todo, inclusive no campo da educação escolar. O foco da atenção desses médicos era a cidade, considerada alvo que exigia controle maior e intervenção higiênica radical, dessa forma não havia a intenção de se atuar no meio rural, embora existissem problemas de saúde e de mortalidade muitas vezes piores do que na zona urbana.

A intervenção médico-higiênica, que ocorre neste cenário citadino e que expressa, sobretudo, a voracidade do novo regime, não se dará no sentido de alterar as relações sociais ali presentes. Aquela intervenção estará voltada exclusivamente para o meio ambiente (SOARES, 1994, p.120).

Assim, a ênfase no saneamento dos espaços públicos urbanos revela o ideal de que o ambiente seria responsável direto pela saúde do indivíduo e da coletividade. A Educação Física deveria fomentar os cuidados corporais, de forma que a preocupação com a higiene estaria na gênese da implantação da Ginástica (Educação Física) nas propostas pedagógicas, tendo suporte legal nas reformas educacionais.

Aos militares caberia o papel de preparar os primeiros professores civis de Educação Física e de criar um ambiente favorável a sua implantação nas escolas, consolidando sua prática de forma sistemática no Brasil. Tal histórico relacionava-se à experiência francesa, já que os militares brasileiros desempenharam papel semelhante aos da França.

No Brasil, já em 1921 foi aprovado o Regulamento de Instrução Física Militar, destinado ao Exército e calcado no *Projet* francês, por influência direta da Missão Militar Francesa, recentemente chegada ao Brasil. No ano seguinte, uma portaria do Ministro da Guerra (10/1/1922) criou um Centro Militar de Educação Física, destinado a “dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física e suas aplicações desportivas”. A portaria estabelecia que: “O curso de instrutores e monitores será dirigido por um oficial da Missão Militar Francesa, auxiliado por dois oficiais brasileiros conhecedores do novo método de educação física e indicados pelo Estado-Maior do Exército”. Esse Centro não chegou a ser instalado (CASTRO, 1997, p.65).

Assim, a Educação Física de orientação francesa foi utilizada no Exército Brasileiro durante toda a década de 1920, de forma que em 1928 a Missão Militar Francesa contava entre seus integrantes com um oficial exclusivo para a direção da instrução de Educação Física (CASTRO, 1997).

No ano seguinte, um anteprojeto de lei, elaborado por uma Comissão de Educação Física, presidida pelo ministro da Guerra, general Nestor Passos, tornava obrigatória a Educação Física em todos os estabelecimentos de ensino, federais, municipais e particulares. Essa obrigatoriedade atingia a todos, a partir da idade de seis anos e para ambos os sexos. Estabelecia ainda, que enquanto não existisse um método nacional deveria ser adotado o Método Francês.

As iniciativas práticas não tardaram. O Centro Militar de Educação Física promoveu um Curso Provisório que funcionou inicialmente na Escola de Sargentos de Infantaria da Vila Militar (Rio de Janeiro, sob a orientação técnica do 1º tenente Inácio de Freitas Rolim. O curso, que teve a duração de um ano letivo, formou, além de militares, 22 professores civis, que foram lecionar em escolas públicas do Distrito Federal, principalmente na Escola Normal. (CASTRO, 1997, p.67).

As orientações da Educação Física tinham inspiração no Método Francês, mas ocorreu sua adaptação de acordo com o “temperamento latino” e as características de nossa “curva fisiológica”, até que se pensassem um método nacional. Após a Revolução de 1930, com a ascensão dos militares no Estado, a implantação do projeto militar para a Educação Física e sua inserção nas escolas ganharam força. No entanto, surgiria a oposição da Associação Brasileira de Educação – ABE, que propunha a criação de uma Escola de Educação Física anexa à Universidade do Brasil, e tinha como objetivo a preparação de instrutores civis que atendessem as escolas primárias, secundárias e normais, rejeitando, portanto, a presença dos militares nas escolas.

Outras críticas surgiram por parte de alguns educadores civis e da Igreja em relação ao projeto militar para a Educação Física, que vigorou entre 1930 e 1945 como suporte ideológico ao regime de Vargas, porém a oposição foi sufocada:

Em novembro de 1930 o governo provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MÊS). Em 1931, o ministro Francisco Campos reformou o ensino secundário, tornando obrigatórios os exercícios de educação física em todas as classes (decreto nº 19.890, de 18/4) e pouco depois, ignorando os apelos da Associação Brasileira de Educação, mandou adotar as normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física (portaria nº 70, de 30/6), o que implicou, mais uma vez, a adoção do Método Francês (CASTRO, 1997, p.69).

Segundo Castro (1997), entre 1934 e 1945, o Ministério da Educação e Saúde Pública – MES, chefiado por Gustavo Capanema, tornou estreitos os contatos entre a área militar e o ensino civil, tornando a educação física definitivamente institucionalizada. Em 1937, com a reorganização do MES criou-se a Divisão de Educação Física – DEF, subordinada ao Departamento Nacional de Educação:

As preocupações continuariam voltadas para a mudança do Método Francês para um Nacional. Em 1943 foi promovido um concurso de contribuições para o Método Nacional de Educação Física, publicado um edital no Diário Oficial de 27/7/1943, vencendo o trabalho elaborado por uma Sociedade de Estudo dos Problemas da

Educação Física, intitulado Bases Científicas da Educação Física. Em 1944, outro concurso, promovido pela Divisão de Educação Física, até que com o fim do Estado Novo essa situação modificou-se rapidamente e a influência do método francês também perdeu força, contudo, também não se construiu um método nacional, utilizando-se de vários outras metodologias.

O que vale ressaltar é que a Educação Física mesmo passando por mudanças continuou a avançar sobre a instituição escolar. Com a Lei nº 4.024/61, em seu artigo 22, ratificou-se sua obrigatoriedade no ensino primário e médio. Em 1966, já no período militar, o Conselho Federal de Educação tornou a adoção dessa disciplina obrigatória também nos cursos superiores, pelo Parecer nº 424, o que seria reafirmado com a lei 5692/71, que reformou toda a educação elementar de 1º. e 2º. graus.

Assim, a partir da implantação do Governo Civil-Militar, ocorrera nova orientação para a prática da Educação Física, a partir de dispositivos legais, reforçando-se seu caráter disciplinador, especialmente, em momento de afluência do movimento estudantil universitário junto as questões políticas por todo o país, o que levou o governo a dedicar nova atenção a disciplina de Educação Física, tal qual ocorrera na ditadura Vargas.

A Educação Física na Instituição Escolar Ituiutabana (1934-1971)

As quase quatro décadas (1934-1971) que elegemos para o estudo da disciplina de Educação Física no município de Ituiutaba (Triângulo Mineiro) tem relação com a criação e consolidação dos sistemas educacionais privado (inicialmente) e público a partir do final da década de 1940 (SOUZA; RIBEIRO, 2009). Mas também corresponde, como vimos anteriormente, a atuação do Ministério da Educação que sob a direção de Capanema abriu espaço para a inserção dos militares junto aos sistemas de ensino, especialmente, a partir de 1937 com a criação do DEF (Divisão de Educação Física), passando pelo período de redemocratização (1945-1964) até o início da década de 1970, que presenciou várias reformas educacionais, marcadas, novamente, pela presença de militares a frente do poder, a partir de 1964.

O quadro que segue demonstra com clareza a rígida divisão no que tange a natureza mantedora das instituições educacionais de Ituiutaba: nos primeiros 50 anos da história da cidade existiu predomínio absoluto da iniciativa particular, existindo apenas 03 escolas públicas e todas elas funcionando no mesmo prédio, em turnos diferentes. A

partir de 1950 até o início da década de 1970, a expansão da rede pública provocaria a estagnação da iniciativa privada no município, nesses 40 anos seguintes, apenas 03 escolas privadas seriam abertas na cidade.

QUADRO 01 - Ano de criação das escolas públicas na cidade de Ituiutaba

ESCOLAS ESTADUAIS	ANO	ESCOLAS PRIVADAS	ANO
EE João Pinheiro	1908	Colégio das Irmãs Belgas; Instituto Propedêutico e Escola São José.	1921 a 1930
EE Prof. Idelfonso Mascarenhas	1947	Instituto Marden	1933
EE Sem Camilo Chaves	1955	Col. Santa Teresa	1938
EE Clóvis Salgado	1956	C.Form.Profis. Bebe Martins (SENAI)	1942
EE Rotary	1956	Col. São José de Ituiutaba	1947
EE Arthur Junqueira de Almeida	1958	SENAC C. Fórum Profis de Ituiutaba.	1948
EE Gov Bias Fortes	1959	Escola Anjos da Guarda	1949
EE Cel. João Martins	1960		
EE Cônego Ângelo	1963	ESCOLAS FILANTRÓPICAS	ANO
EE Gov Israel Pinheiro	1965	Lar Espírita Maria de Jose Frattari	1953
EE Antonio Souza Martins	1965	Educandário Espírita Ituiutabano	1958
EE Cel. Tonico Franco	1965	C Social Leão XIII	1963
EE Dr. Fernando Alexandre	1965	Cr. Esp. Josefina de Magalhães	1967
EE Dr. José Zoccoli de Andrade	1965	APAE Esc. Bem Me Quer	1971
EE Prof. Álvaro Brandão de Andrade	1968		
ESCOLAS MUNICIPAIS³	ANO		
EM Machado de Assis	1941		
EM Francisco Antonio de Lorena	1951		
EM Manoel Alves Vilela	1966		
EM Agrícola de Ituiutaba	1970		
Cime Mun. Tancredo P.Almeida	1971		

Fonte: SUPERINTENDÊNCIA DE ENSINO DE ITUIUTABA-MG, 2009.

O acelerado crescimento do sistema público de educação refletia não apenas as altas taxas de natalidade, mas era resultado também da migração rural, pois neste momento, significativa parcela da população brasileira se deslocava do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida (saúde, moradia e educação) e com perspectiva de empregabilidade no comércio e setor de serviços públicos.⁴ O quadro abaixo demonstra a inversão da relação rural e urbano no município, ou seja, em três décadas a população passou de predominantemente rural para urbana, nesse mesmo período, o sistema escolar deixa de ser majoritariamente privado tornando-se marcadamente público.

Quadro 02 – População Rural e Urbana do Município de Ituiutaba

ANO	População Rural	%	População Urbana	%	Totais
1940	30.696	88%	4.356	12%	35.052
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	55%	31.516	45%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656 ⁵

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 1940-1970.

É a partir desse intenso movimento de expansão da educação escolarizada que buscamos estudar as práticas cotidianas de alunos e professores na disciplina de Educação Física. A partir das escolas relacionadas acima buscamos entrevistar ex-alunos e professores testemunhas dos acontecimentos vividos nesses espaços institucionais que difundiam, via grade curricular, a ideologia do cuidado ao corpo, dos *bons* hábitos e da *boa* moral, cuja base seria as atividades físicas disciplinadoras nas aulas destinadas a essas práticas.

A influência quase secular dos médicos junto aos sistemas educacionais era percebida em diferentes momentos das aulas de Educação Física, porém, o seu marco primeiro era o Exame Médico que mensurava o corpo dos estudantes. Sem a aprovação médica, alunos e alunas não poderiam participar dessas aulas. Por meio dos colaboradores foi possível levantar que por muitos anos o Dr. José Féres Sobrinho é quem fazia esse trabalho no município e na região. Uma colaboradora apresentou uma dessas fichas preenchidas pelo médico e que ficavam arquivadas nas escolas, pois os dados nela contidos seriam atualizados ano a ano, demonstrando o desenvolvimento biológico dos estudantes, como podemos ver abaixo:

FIGURA 01

Supletivo

Grupo Escolar [REDACTED]

FICHA MÉDICA

Aluno [REDACTED] Idade 14

Sexo *masculino* Curso *primário* Série 4^a

Filiação [REDACTED] e [REDACTED]

	1974	19	19	19	19
1 - Peso	<i>46</i>				
2 - Altura	<i>1,29 - 53</i>				
3 - Saúde Geral	<i>Normal</i>				
4 - Visão	<i>Normal</i>				
5 - Audição	<i>0</i>				
6 - Doenças graves nos antecedentes	<i>0</i>				
7 - Condições de alimentação	<i>Bom</i>				
8 - Moléstias anteriores	<i>0</i>				
9 - Tratamento	<i>-</i>				
10 - Exames	<i>-</i>				
11 - Postura	<i>Normal</i>				
12 - Membros	<i>0</i>				
13 - Marcha	<i>0</i>				
14 - Equilíbrio	<i>0</i>				
15 - Coordenação	<i>0</i>				
16 - Reflexos	<i>0</i>				
17 - Sensibilidade	<i>0</i>				
18 - Aparelho genito-urinário	<i>0</i>				
19 - Aparelho digestivo	<i>0</i>				
20 - Aparelho Respiratório	<i>0</i>				
21 - Desenvolvimento Psico-motor	<i>0</i>				
22 - Força muscular	<i>0</i>				

W. Jones

Fonte: Acervo Particular de colaboradora da pesquisa.

A ficha do Exame Médico era bastante detalhada, além do nome, idade, sexo, curso, série e filiação, existiam itens bastante subjetivos como a questão da postura e das condições alimentares, que padrões referenciais o médico adotava nesses quesitos? Desde a década de 1920, a proposta dos educadores filiados a Escola Nova era a de mensuração dos comportamentos naturais da criança com a maior precisão possível, de forma que os testes de quociente de inteligência e os exames físicos foram difundidos aproximando-se médicos, educadores e estatísticos (MONARCHA, 1989). De acordo com uma das colaboradoras:

Todo aluno era obrigado a fazer o exame médico que era realizado duas vezes ao ano. Havia um médico específico que preenchia a ficha médica, verificando se o aluno estava apto á prática de Educação Física, caso detectasse algum problema o aluno ficava afastado das aulas temporariamente. Só voltava a fazer as aulas com a liberação médica (ARAÚJO, 2011).⁶

A presença médica nas escolas gozava de prestígio impar já que os médicos tinham autonomia absoluta para incluir ou excluir indivíduos da prática da Educação Física, outro exemplo de sua inserção nos espaços escolares foi a criação dos Pelotões da Saúde, constituídos por estudantes considerados modelos a serem seguidos. Como

vimos anteriormente, a medicina social, em sua vertente higienista, influenciou e condicionou “de modo decisivo, a Educação Física, a educação escolar em geral, e toda a sociedade brasileira” (SOARES, 1994, p.87). O papel do professor de ginástica era também higienizar as crianças:

Muitas vezes cortei os cabelos de alunos por causa de piolhos, cortava as unhas também, devido às sujeiras acumuladas embaixo delas, aquilo ali, sujava os cadernos, e causava infecção nos olhos quando eles eram coçados com as mãos sujas, os alunos recebiam tratamentos na escola e nas aulas de educação Física (MOUKACHAR, 2011).

Grande parte do prestígio da disciplina de Educação Física entre os estudantes estava na preparação para os torneios esportivos e, sobretudo, no espetáculo em que se transformavam os desfiles cívicos. As escolas se apresentavam, sobretudo, “[...] em comemoração as datas 21 de Abril [Tiradentes], 4 de Setembro [Dia da raça], 7 de Setembro [Dia da Independência] e 16 de setembro [aniversário da cidade] (ARAÚJO, 2011)”.

As datas comemoradas nos desfiles, apontadas pela colaboradora que estudou no período do Governo Vargas, revelam o contexto de esforço por construir a identidade nacional celebrando heróis e buscando se construir os mitos fundantes da nação brasileira, e as aulas de Educação Física (ou Ginástica, nesse período), eram utilizadas para os ensaios desses desfiles, tal liturgia representava momento de demonstração de força e qualidade do ensino de determinada instituição. “O desfile era muito importante, tanto para o aluno como para a escola. Tudo uniformizado, muito bem treinado, as fanfarras treinavam mais tempo, com antecedência, e ainda as escolas eram avaliadas pelas autoridades” (DIAS ARAÚJO, 2011). Vejamos as fotos:

FIGURA 02



FIGURA 03



Fonte: Fig.2-3 – Desfile Cívico. Acervo particular de colaboradora da pesquisa.

As fotos acima mostram a comissão de abertura do desfile composta por moças das escolas formando um conjunto de alunos desfilando em suas bicicletas (máquinas mais comuns àquela época – início dos anos de 1950). A disciplina estava na formação de filas a exemplo dos exercícios militares. Esses desfiles eram eventos de grande importância e se transformavam em palanques para políticos da região, por isso mesmo contavam com o apoio da Prefeitura e Secretarias ligadas à Educação. Também se percebe pelas fotos acima, os movimentos cadenciados como preparação (aquecimento) para o grande momento: o desfile pelas ruas da cidade. A própria organização do desfile refletia a lógica higienista e militar que estabelecia padrões e modelos, classificando os indivíduos:

Os pelotões eram montados de acordo com o aspecto físico e a capacidade de cada um. Era verificado as estaturas, o corpo físico (gordinho, perto de gordinhos) e as habilidades físicas para desempenhar o que a escola propunha, por exemplo o pelotão das balisas, das ciclistas, participava quem realmente tinha essas especificidades ou seja habilidades e preparo físico para os mesmos (ARAÚJO, 2011).

Nas fotos abaixo, a população parece hipnotizada observando a elaboração dos exercícios físicos pelas alunas das escolas. Tal momento representava para muitos estudantes, especialmente, as do sexo feminino, oportunidade de tomar o espaço público, mas devendo apresentar *bons* costumes, já que eram foco de atenção curiosa.

FIGURA 04



FIGURA 05



FONTE: Fig.4-5 – Desfile Cívico. Acervo particular de colaboradora da pesquisa.

A investigação das práticas cotidianas de determinada disciplina escolar implica refletir sobre um conjunto amplo de variáveis que devem ser consideradas, como afirmou Chervel, a disciplina escolar

[...] é constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e de um aparelho docimológico [...] (CHERVEL, 1990, p.207).

Dentro dessa perspectiva, as entrevistas revelaram bastante do cotidiano de alunos e professores nas aulas de Educação Física do período em estudo, reafirmando a intenção de se disciplinar e higienizar a sociedade a partir de jovens e crianças inseridos no sistema escolar. A começar pelo horário que em Ituiutaba (em várias dessas escolas e sobretudo, até início dos anos de 1950) foi estabelecido a partir das 6h (duas vezes por semana), ou seja, uma rotina própria da caserna. Alias a presença de militares e médicos era rotina: “A Escola sempre trazia o sargentos para dar palestras, falar sobre disciplina, exercícios, ginástica” (MOUKACHAR, 2011).

A ênfase na ginástica (na atividade física disciplinadora) esteve presente em todas as falas, as alunas e a professora associaram a ginástica aos militares:

Eu realizava um exame de habilidades físicas, os alunos tinham que passar em cima de uma tora, agachando e levantando, para testar o equilíbrio, era bem militarista esse exame e exigente, e o aluno tinha que estar apto em todos os exercícios para atingir o conceito na disciplina (MOUKACHAR, 2011). E ainda: O professor era autoritário, como a postura normal da época, a disciplina era total, ninguém atrevia a fazer nenhuma gracinha [...] (DIAS ARAÚJO, 2011).

Mas também o jogo e o caráter lúdico das aulas de Educação Física surgiram nas respostas das colaboradoras que salientaram a diversidade das atividades e o estímulo a interação social que a disciplina provocava, especialmente, na elaboração das atividades extra-classe, como os ensaios para os desfiles e disputa de torneios.

As brincadeiras também sofriam bastantes variações, de vez em quando havia brincadeiras nas aulas de Educação Física, lembro-me só de algumas, como corre cutia, estafetas. Desde aquela época praticávamos jogo de bola, mas a atividade principal era o vôlei (Depoimento de Éster Araújo, março/2011). E também: O uso da bola também era "marcado", tudo muito sério, as brincadeiras aconteciam fora da quadra, na época era a Queimada (DIAS ARAÚJO, 2011).

Alguns aspectos da disciplina de Educação Física, comuns as demais disciplinas, também foram mencionados, como as avaliações que geravam conceitos (0 a 10) mas também a questionários sobre a importância de *bons* hábitos alimentares e de higiene para a saúde do indivíduo. Também se fez referência aos uniformes que deveriam estar muito limpos e em ordem, mesmo nas escolas públicas existiam campanhas para se providenciar a vestimenta adotada tanto para as aulas das demais disciplinas quanto da Educação Física: “O uniforme para essas aulas era obrigatório. Short cor azul marinho, não muito curto, quase perto do joelho, camiseta branca, tênis preto e meia branca” (ARAÚJO, 2011).

Considerações Finais

Concluindo, buscamos nesse trabalho, demonstrar que a disciplina de Educação Física, mesmo em Ituiutaba (distante dos centros de poder), contribuiu para a disciplinarização e higienização da comunidade local, por meio da inserção gradativa das atividades físicas presentes nos currículos das escolas do município. É possível entender a partir desse estudo de caso, o processo de aproximação de instituições médicas, militares e escolares, estratégia que visava atingir todo o conjunto da sociedade. Como afirmou Soares (1994, p.86), os médicos higienistas construíram uma abordagem positivista de ciência com propostas disciplinares dos corpos, em nome da saúde contribuindo para uma sociedade brasileira que construía “uma nova ordem econômica, política e social”.

O entusiasmo pela Educação Física (ou Ginástica) presente nos depoimentos revela que essa disciplina escolar representava também momento importante para os estudantes, contribuindo para o desenvolvimento físico, como também, para incentivar a prática esportiva. Contudo, os objetivos da Educação Física se alteravam frente aos ventos variáveis da política nacional, de forma que em tempos de autoritarismo, os militares se sobrepunham aos civis usando o espaço dessa disciplina escolar como ferramenta ideológica de apoio ao regime. Como afirmou Guiraldelli Jr (1988, p.18): “A coragem, a vitalidade, o heroísmo, a disciplina exacerbada compõe a plataforma básica da Educação Militarista, que visa formar o ‘cidadão-soldado’, capaz de servir de exemplo para o restante da juventude pela sua bravura e coragem”.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. *DECRETO nº 7.247 de 19 de Abril de 1879*. Carlos Leôncio de Carvalho. Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.BR/revista/edições/34/doc01a_34.pdf>. Acesso em: 13 Jan. 2011.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas, SP: Papirus, 1988, 225p.
- CASTRO, Celso. In corpora sano: os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. *Antropolítica*. Niterói, RJ, nº 2, p. 61-78, 1º sem. 1997.
- CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares. *Teoria e Educação*. N.2, 1990, p. 177-229.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. *Da Centralidade da Infância na Modernidade e sua Escolarização – a Escola Estadual João Pinheiro – Ituiutaba (MG) 1908-1988*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GUIRALDELLI JR, Paulo. *Educação Física Progressista*. São Paulo, Loyola, 1988.
- MONARCHA, Carlos. *A Reinvenção da cidade e da multidão*. Dimensões da Modernidade Brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez, 1989.
- SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. 3ª. Edição. Campinas, SP: Autores Associados, 1994, 2001, 167p.
- SOUZA, Sauloéber Társio. O Universo Escolar nas Páginas da Imprensa Tijucana (Ituiutaba-MG – anos de 1950 e 1960). *Cadernos de História da Educação*, vol. 9, n.2, jul/dez.2010.
- _____.; RIBEIRO, Betânia de O.L. (orgs.) *Do Público ao Privado, do Confessional ao Laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX*. Uberlândia: EDUFU/FAPEMIG, 2009.
- _____.; SILVEIRA, Daiane de L.S. Mulheres Migrantes Nordestinas e Escolarização em Ituiutaba-MG (1950-1960). *Revista HISTEDBR-On Line*, Campinas- SP, n.40, dez/2010, p. 245-257.

Fontes Oraís:

- ESTER MAJADAS ARAÚJO – 88 anos – estudante no Instituto Marden (1935-1942).
- MARIA DE FÁTIMA DIAS ARAÚJO – 56 anos – estudante (1968-1971).
- NAGIBE BITAR MOUKACHAR – 81 anos – professora de Educação Física nos Colégio Santa Teresa, Colégio São José e na Escola Estadual Professor Idelfonso Mascarenhas da Silva (1947-1963).
- Todas as entrevistas foram realizadas em março de 2011.

Notas

¹ Entre as décadas de 1950 e 1970, o poder público adotou o Plano Urbanístico, que estabelecia metas de ampliação dos serviços de abastecimento de água e de iluminação pública, arborização e calçamento de ruas, construção de prédios públicos, buscando atender às demandas da população que se avolumava. Na década seguinte, a mudança urbanística acelerou-se ainda

mais, com a chegada do asfalto, a construção de praças, implantação do Distrito Industrial e do primeiro Campus Universitário no município (SOUZA, 2010).

² Decreto n. 7247 de 19 de abril de 1879. Reforma do ensino primário e secundário do município da Corte e o superior em todo o Império. “Art. 4º [...] O ensino nas escolas primárias de 1º grau do município da Corte constará das seguintes disciplinas: Instrução moral, instrução religiosa, Leitura, Escrita, Noções de cousas, Noções essenciais de gramática. Princípios elementares de aritmética. Sistema legal de pesos e medidas, noções de história e geografia do Brasil. Elementos de desenho linear. Rudimentos de música, com exercícios de solfejo e canto, *Ginástica*, Costura simples para meninas”.

³ É preciso destacar que não relacionamos nessa tabela, as escolas municipais rurais que em muitos casos possuíram vida efêmera. De acordo com Ferreira (2007) entre 1941 e 1989 foram criadas 64 escolas na zona rural do município de Ituiutaba, apenas 03 delas ainda estão em atividade.

⁴ Ituiutaba, entre as décadas de 1940 e 1960, atraiu milhares de migrantes nordestinos que fugiam da seca e da miséria buscando as oportunidades de trabalho nas lavouras de grãos do município (SOUZA & SILVEIRA, 2010).

⁵ O decréscimo populacional entre os anos de 1960 e 1970 decorreu da emancipação política de alguns distritos administrados pelo município de Ituiutaba, mesmo assim, o movimento de urbanização fica bastante evidenciado (Fonte: Fundação IBGE – Censos Demográficos dos anos de 1940 a 1970).

⁶ As colaboradoras foram alunas e professora no período entre 1935 e 1971, nasceram entre os anos de 1922 e 1952, e estudaram nas escolas Instituto Marden, Colégio Santa Teresa, Ginásio São José e Grupo Escolar João Pinheiro. A professora atuou no Grupo Escolar Idelfonso Mascarenhas. Duas delas se tornaram professoras e uma exerceu função de Educadora Física nesse período. Na realização das entrevistas foi possível observar certo saudosismo em relação as práticas do passado, elemento característico dos trabalhos com memória, assim, alguns sentimentos até então “guardados” emergiram, especialmente, quando descreviam a amizade e o respeito aos professores, mas também referências a práticas autoritárias no cotidiano dessa disciplina escolar.

Artigo recebido em 29/10/2012. Aprovado em 20/12/2012.